

Bianca Xavier | Jamily Samara | Lorena Bispo

Manifesto das Pretas

uma ótica para a (des)construção

Organizadora: Fabiane Lima Santos



SESI

Serviço Social da Indústria

PELO FUTURO DO TRABALHO

Bianca Xavier | Jamily Samara | Lorena Bispo

Manifesto das Pretas

uma ótica para a (des)construção

Organizadora: Fabiane Lima Santos



SESI

Serviço Social da Indústria

PELO FUTURO DO TRABALHO

Manifesto das Pretas: uma ótica para a (des)construção

Autoras:

Bianca Xavier
Jamily Samara
Lorena Bispo

Organizadora:

Fabiane Lima Santos

Revisão:

Raquel Freitas

Capa:

Gabriel Fialho (@flopani.art)

Projeto Gráfico e Diagramação:

Feeling Propaganda

© 2022. SESI – Departamento Regional

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

SESI|BA

Serviço Social da Indústria da Bahia

FICHA CATALOGRÁFICA
SIB – SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECA SESI/DR-BA

S491r	Serviço Social da Indústria. Escola Sesi Djalma Pessoa Manifesto das pretas: uma ótica para a (des)construção / Serviço Social da Indústria. Escola Sesi Djalma Pessoa. Organizadora Fabiane Lima Santos. Curitiba: Feeling Propaganda, 2022. 53p.: il.; Color.; 21cm. Bibliografia. ISBN 978-65-81443-55-9 1. Mulheres negras – Condições sociais - Brasil 2. Educação inclusiva 3. Identidade racial. 4. Negros 5. Racismo 6. Relações étnico-raciais I. Xavier, Bianca II. Samara, Jamily. III. Bispo, Lorena. IV. Título CDD: 305.8036081
-------	---

SESI - Serviço Social da Indústria

Escola Sesi Djalma Pessoa

Av. Orlando Gomes, 1737, Piatã

CEP: 41.650-010

Site: <https://www.escolasesiba.com.br/>

- 
- 13** **Introdução**
- 15** **Quem Somos?**
- 19** **Por que uma educação multicultural e feminista?**
19 Epistemicídio e silenciamento das vozes
20 A ciência e o ensino pautado em ferramentas da branquitude
22 Academia x escola
- 25** **A importância da desconstrução da educação baseada no status quo**
25 Status quo: o que é isso?
25 Por que essa desconstrução é necessária?
26 Narrativas para além da escravidão?
- 29** **Escambo de vivências**
29 A interseccionalidade
31 Construindo um espaço seguro
- 33** **Como construir esse mecanismo de modificação, ressignificação ou democratização de saberes?**
33 Metodologias ativas
35 Papel das matérias extracurriculares
37 Redes sociais
- 39** **Potencialização das meninas pretas nas escolas**
40 Empoderar é transgredir: andanças que não são desacompanhadas
42 Cultuando os próprios traços
44 O resgate na arte
- 47** **As encruzilhadas não têm fim**
- 49** **Referências**
- 



Prefácio

O *Manifesto das Pretas: uma ótica para (des)construção* é a consolidação do projeto de pesquisa científica desenvolvida pelas estudantes Bianca Oliveira, Jamily Aleluia e Lorena Bispo sob orientação da Profa. Orientadora Fabiane Lima Santos, responsável pelo grupo de pesquisa Memória História e Oralidade da Escola SESI Djalma Pessoa que faz parte do programa de Iniciação Científica da Rede SESI-BA de educação.

O nosso programa tem como objetivo estimular o protagonismo juvenil em nossos e nossas estudantes através do conhecimento científico, de modo que possam mobilizar e ampliar seus conhecimentos para empreender, inovar e criar soluções autorais para desafios reais do seu cotidiano, possibilitando transformar suas realidades por meio da ciência.

Neste sentido, as autoras enquanto jovens estudantes, negras, cientistas e pesquisadoras, buscaram pesquisar sobre as diferentes formas de opressão vivenciadas por meninas e mulheres negras e como essas experiências de dor e preconceito impactam em suas trajetórias, identificando a necessidade de ações educativas que dialoguem com essa realidade e que promovam o desenvolvimento científico integrado aos diferentes e plurais saberes.

Com essa proposta em mãos, somados a muitos meses de pesquisa, dedicação e vontade de transformar suas ideias em realidade, elas desenvolveram o ebook manifesto das pretas como hipótese científica para a construção horizontal de uma aprendizagem em sala de aula, centrado em reparações históricas de desigualdades, interseccionalizadas nos marcadores de gênero, raça e classe como

proposta de ação educativa para uma educação mais justa, igualitária e acessível.

Assim, convidamos a todos e todas a conhecer e fazer parte deste projeto de pesquisa de nossas jovens cientistas, que juntamente com sua orientadora representam a importância das mulheres nas esferas da ciência e pesquisa científica, mas sobretudo, do protagonismo e da importância da mulher negra nos campos da ciência, tecnologia e inovação.

Fernando Viana Barreiros Moutinho

Escola SESI Bahia

*“A gente é criada para ser assim, mas temos que mudar.
Precisamos ser criadas para a liberdade.
O mundo é grande demais para não sermos quem a gente é.”*

- Elza Soares



Agradecimentos

À ancestralidade, por ter permitido o nosso encontro. Três jovens negras que, durante essa trajetória, tiveram a oportunidade de se reconhecer na história de forma figurativa e literal para além da visão do colonizador, e enviarem seus conhecimentos para o mundo.

Às meninas mulheres negras, que desde sempre existiram, resistiram e insistiram ecoando seus feitos e vozes.

À nossa orientadora, Fabiane Lima Santos, pela dedicação e apoio durante esse processo, por todas as horas de conversas, por todo acolhimento e fortalecimento destinado ao nosso projeto e a nós. Também agradecemos por ser esse sustentáculo que reverbera tanta potência, conhecimento e energia que nos inspira e motiva a buscar nossos sonhos e objetivos em cada novo contato. Seremos eternamente agradecidas pelo cruzamento dos nossos caminhos.

Às professoras, Cintia Daniela do Nascimento Oliveira, Michele Sodré das Neves e ao professor Vinícius Azevedo Nunes, que contribuíram enormemente, para que concluíssemos essa caminhada, seja tanto pelas correções, conselhos e sugestões, mas também pela compreensão, embasamento, disponibilidade e incentivo.

À Heloísa Cunha, antiga aluna da instituição e orientanda de Fabiane Lima, que partilhou da sua experiência e do seu processo como estudante de Iniciação Científica.

Às colegas de pesquisa, Mailane Castro dos Santos e Luana da Costa Oliveira, que contribuíram na construção do nosso projeto e no nosso desenvolvimento enquanto pesquisadoras, ofertando auxílio

com materiais necessários para formação de projetos e estímulo para continuarmos estudando e trabalhando na nossa jornada.

A todo corpo docente desta instituição de ensino, a Escola SESI Djalma Pessoa, que se dedicou para promover seus conhecimentos.

Por fim, mas de fundamental importância, aos nossos familiares e amigos que nos apoiaram nessa jornada extensa e revolucionária.



Vocábulo

Parte especial para explicar algumas palavras e conceitos presentes no Manifesto ao longo dos capítulos:

- Racismo - Discriminação ou preconceito, a partir de violência verbal ou física, contra um indivíduo ou indivíduos, devido a sua cor ou etnia, historicamente marginalizadas;
- Machismo – É a crença na superioridade do gênero masculino sobre o feminino, que atribui à mulher uma posição inferior, seja social, econômica ou intelectual;
- Sexismo - ações que pautadas no preconceito ou discriminação baseadas no gênero ou sexo de uma pessoa. Esses comportamentos podem ser identificados como machismo, femismo ou, até mesmo, transfobia e LGBTQfobia;
- Raça – Categorização que pretende classificar os seres vivos, pautando-se em caracteres físicos e hereditários. Quando analisado socialmente, geralmente é utilizado para categorizar grupos étnicos a partir de suas características físicas e culturais;
- Gênero – Construção social sobre as características pertencentes e diferenciadas entre o que é entendido como masculino ou feminino;
- Classe – Um grupo dentro de uma sociedade que se diferencia de outros em decorrência de características econômicas, políticas ou culturais.

- Eurocentrismo – Valorização dos valores europeus. Uso, prioritariamente, dos ideais gerados pela Europa para análise da sociedade e dos acontecimentos do mundo;
- Colonialidade – Fenômeno histórico e cultural que tem sua origem no colonialismo, mas que se mantém após a experiência colonial;
- Epistêmicas - Ideia de um conhecimento real e verdadeiro, refere-se às relações entre o sujeito e a forma que o objeto será analisado;
- Colonialismo – Prática na qual um território exerce domínio político, cultural ou religioso sobre um determinado povo ou região;
- Discriminações – Diferenças, discernimentos, distinções, separações. O ato de discriminar ocorre com a marginalização ou segregação de uma pessoa, seja de cunho racial, econômico, religioso, sexual ou devido ao gênero;
- Cis heteronormativo – Ser uma pessoa cis, ou seja, estar em total acordo com o gênero atribuído no nascimento. Heteronormativo refere-se ao conceito de que apenas os relacionamentos entre pessoas heterossexuais são corretos. Que enxerga a heterossexualidade como a norma numa sociedade e põe os relacionamentos fora desse padrão como incorretos ou que fogem à norma;
- Elitismo intelectual – É uma vertente da ciência política baseada no princípio minoritário, segundo o qual o poder político está sempre nas mãos de uma minoria bem ajustada, geralmente com alto poder econômico. A elite costuma concentrar os meios de cultura entendidos como intelectuais, que vão desde o conhecimento acadêmico, das ciências e das artes, e que

se diferenciam do saber popular pelo simples fato de serem considerados oficiais;

- Objetificação – Ato de configurar o ser humano como uma coisa, um objeto, sem valor social;
- Reinvidicações – Exigência dos seus direitos ou a busca pela conquista de novos direitos necessários para o bem-estar daquele indivíduo ou grupo;
- Elitização – Tornar um produto ou serviço acessível apenas para a elite.
- Olhar descolonializado – Uma ótica voltada primordialmente à condição de libertação dos povos subalternos, reconhecendo sua autenticidade cultural, política, econômica e ideológica.
- Hegemônico - Algo predominante, que atua na sociedade de forma majoritária, consciente ou inconsciente.



Introdução

A construção deste Manifesto é focada na necessidade de fornecer apoio para as meninas pretas e o crescimento dessas jovens na sociedade brasileira, de forma que sua existência não seja qualificada por sua cor de pele em uma sociedade com um histórico racista e machista. Esse apoio raramente se faz presente na vida de centenas de garotas no ensino básico que, sem a orientação correta, amadurecem acreditando que são inferiores pela tonalidade de sua pele, que é linda e ancestral.

Este livro foi pensado e escrito com o objetivo de servir como suporte para educadores e estudantes que precisam se sentir acolhidos de alguma forma durante o processo educacional e/ou esclarecer dúvidas sobre a importância da construção de uma educação combatente ao racismo e machismo e os impactos causados na existência das meninas pretas, pois esse período é fundamental na construção do senso crítico social dos jovens. A falta de meios – seja ele digital ou não – de instrução ou orientação sobre a beleza do corpo feminino negro, sobre a pluralidade das nossas mulheres é de extrema importância, já que essa fase pode ser marcante e cercada por traumas pela falta de algo ou alguém que sirva como porto seguro para suas vivências, angústias, construção e fortalecimento de sua identidade.

Esta obra foi feita por três jovens estudantes do Ensino médio, garotas pretas, periféricas e que, felizmente, encontraram esse apoio para resistirem e apreciarem suas ancestralidades umas nas outras e em autoras fantásticas, por meio da convivência no grupo de Iniciação Científica Júnior de História e Narrativas da Contemporaneidade da Escola SESI Djalma Pessoa. O objetivo principal é conseguir

proporcionar um sinal da imensidão que são as meninas negras, mostrar sua potência, a força que corre em suas veias, a infinidade de possibilidades que estão ao redor delas, a narrativa construída a partir da própria vivência e que o racismo e o machismo não devem nunca limitar a vida dessas adolescentes.

O E-book foi construído de forma gradual, com a finalidade de conduzir os leitores para uma leitura leve e clara sobre a existência das meninas pretas no contexto escolar, especificamente nos anos finais da educação básica, apresentando explicações lógicas e históricas sobre os motivos que guiaram a sociedade para essa realidade que afasta e tenta apagar a potencialidade que existe em nosso ser. Esse suporte às vidas das jovens negras apresenta contextos da história, da atualidade e as consequências desses dois períodos. Então, pegue sua água, seu chá ou seu café, ajeite sua coluna e se aproxime para a construção de uma resignificação.



Quem somos?

Como definir de forma rápida três pessoas com características e vivências diferentes? Iniciamos nossa escrita, que será apresentada e disponibilizada ao maior número de pessoas possível, nos interseccionando, de forma que nossas subjetividades e pluralidades enquanto mulheres negras, fossem consideradas e respeitadas. A partir do pensamento de Carol Hanisch, seguidora do Feminismo Radical, cuja análise da questão raiz da opressão sofrida pelas mulheres está pautada na base biológica e no domínio do homem nas ocupações de liderança política, que afirma que o pessoal também pode ser político, apresentamo-nos utilizando nossas caminhadas que se encontram em um ponto. Uma coisa tão grande, mas que passa de forma imperceptível. Uma dor em comum: as peripécias das mulheres pretas. Peripécias essas que significam as nossas aventuras, andanças e labutas vivenciadas no dia a dia.

Não falamos dos momentos vitoriosos que nós - e algumas mulheres negras – vivenciamos, mas das lutas, das dores e, até mesmo, da solidão por sermos quem somos. Somos três jovens mulheres pretas, originadas da periferia, bolsistas em uma escola privada de Ensino Médio, que - apesar do privilégio de estudar em um ambiente escolar estruturado e estimado - sentimos a necessidade de trazer à tona suas inquietações e promover a visibilidade da voz da mulher negra, no que diz respeito aos espaços educacionais, a partir do enaltecimento desse grupo, visto que geralmente somos subalternizadas (ato de colocar em posição inferior) pela sociedade.

Contaremos como essa união aconteceu e o motivo pela escolha dessa temática. Ao longo da vida, nós, mulheres pretas, geralmente somos retratadas – ou tratadas – de forma inferior e

indiferente na sociedade. Acreditamos que todas nós estamos inseridas em um contexto de experiências comuns que refletem o pensamento racista e machista enraizado no corpo social - sociedade. E então, por meio da Iniciação Científica Júnior de História, nos encontramos. Bianca, Lorena e Jamily, três jovens que olhando de longe não combinariam, mas que de perto criaram conexões fortes e únicas, principalmente por dores em comum.

A Iniciação Científica Junior é um programa extracurricular do nosso colégio, que possui múltiplas áreas do conhecimento e tem o objetivo de incentivar a pesquisa científica, o aprofundamento em temáticas que a(o) aluna(o) tenha interesse de explorar e se debruçar, de fato, sair da zona de conforto. A IC, como carinhosamente chamamos, possui evidente foco na pesquisa científica aplicada no Ensino Médio, mas vai além da construção de um produto ou de resultados mensuráveis e publicados em relatórios, é responsável pela nossa construção pessoal, de forma que o acolhimento, a escuta, a sensibilidade de olhar nos olhos e saber cultivar a própria existência fazem parte do nosso fazer ciência.

Em 2019, nós, mesmo sendo da mesma turma da escola, não possuíamos algum tipo de afinidade. Assim, após a divulgação das áreas de conhecimento da Iniciação Científica Júnior, de forma coincidente, todas escolheram a Iniciação de História, Memória e Oralidade. Depois da primeira etapa, a segunda parte do processo seletivo era a escrita de uma redação informando seus objetivos, aspirações e habilidades na equipe logo que ingressassem. Felizmente, as três estudantes foram selecionadas e apresentadas à uma visão diferente do que entendiam ser pesquisa científica.

Ao decorrer da formação teórico-metodológica, foi perceptível o comum interesse de problemas sociais que atraíam o trio. Assim, como a construção da pesquisa era realizada em trios, logo as três se uniram, juntando suas vivências, desejos e ideias. Após alguns

meses de leituras, pesquisas e ensinamentos transmitidos pela nossa orientadora, Fabiane Lima, conseguimos alinhar nossas metas como um trio e focamos em tópicos que realmente despertavam nossa curiosidade. Dessa forma, encontramos no feminismo negro um leque de assuntos relacionados aos nossos propósitos de estudo.

Ao iniciar nossas pesquisas sobre os feminismos existentes, nos deparamos com autoras clássicas, como estudiosas do Feminismo Liberal, que apesar de prezar pela equidade e independência feminina, que devem ser lidas e respeitadas, abordavam a mulher de forma homogênea, ocultando os marcadores essenciais de Raça, Gênero e Classe, que constituem, juntamente com outros marcadores sociais um universo complexo e diverso de demandas das mulheres na contemporaneidade.

As diferentes necessidades de luta encontradas por mulheres de vivências distintas que fez com que fossem surgindo várias vertentes feministas, como o Radical - idealizado na década de 70, que buscava a raiz dos problemas que cercam o gênero feminino - e o Negro, que expande os horizontes das lutas feministas para que abracem também as pautas de resistência envolvendo as mulheres negras. Assim, por meio de novas visões, foi possível enxergar um outro indicador social, o pensamento das feministas negras. Foi fundamental reconhecer as várias formas de opressões derivadas de racismo, machismo, sexismo e desigualdade econômica estrutural, em comuns enfrentados pelas integrantes do grupo.

Ao mergulhar nas concepções do feminismo negro, buscamos autoras e mulheres com propriedade nos assuntos que conversavam com nossas experiências de vida, como Angela Davis, Lélia Gonzalez, bell hooks e Conceição Evaristo, pois elas discutiam eixos temáticos que se entrelaçavam com nossos ideais, sendo eles: Raça, Gênero e Classe. No começo das nossas buscas por artigos e materiais que nos ajudassem, ficamos surpresas ao encontrar mulheres com muita

influência e tantos documentos e estudos sobre questões que eram tão comuns ao nosso dia a dia, mas que não possuíamos conhecimento dos seus trabalhos.

Dessa forma, tendo mais conhecimento acerca da área dos estudos sociais sobre as mulheres pretas, passamos a relacionar o cotidiano com as teorias existentes e desenvolver nossa perspectiva diante da realidade do que se entende por lugar e representatividade das negras na sociedade brasileira, no que se refere aos aspectos educacionais. Assim, estudamos os impactos desde a maior potência e atenção destinada ao garoto branco, cis - que se identifica com o seu gênero biológico - e hétero na sala de aula, até a carência de discussões acerca da problemática nos espaços educacionais do Fundamental ou do Médio.

Assim, surgiu a necessidade de demonstrar esses estudos incríveis, a partir dos nossos olhares, para que outras pessoas se sintam representadas e acolhidas de alguma forma, bem como compreender que o processo da vida das meninas pretas não possui apenas lutas e resistências, mas uma força e uma essência ancestral. Por muito tempo, as mulheres negras foram colocadas em posição de servidão para a população branca e, por vezes, para o homem negro também, tendo suas vontades ignoradas, desmerecidas ou ridicularizadas. Escrever sobre esse tema, significa trazer à tona os momentos em que esse grupo foi reprimido e invalidado. Analisar de forma justa e esclarecedora todas as questões que cercam essa minoria é buscar, conseqüentemente, desenvolver outras perspectivas que trabalhem a concepção da mulher negra como indivíduo merecedor de respeito e cuidados.

Portanto, aproveite e se permita uma nova (des)construção. Muitos dizem que a revolução irá começar por uma mulher preta, então por que não começar a contar as nossas histórias?!



Por que uma educação multicultural e feminista?

Epistemicídio e silenciamento das vozes

A história da educação no Brasil “começou” – entre aspas porque essa é a visão do colonizador branco – em 1549 com a chegada dos primeiros padres jesuítas, inaugurando uma fase que deixou marcas profundas na cultura do país. Esses padres movidos por intenso sentimento religioso de propagação da fé, durante mais de 200 anos, foram praticamente os únicos educadores do país, segundo Maria Lúcia de Arruda Aranha, filósofa e autora de História da Educação. Ou seja, o início do ensino brasileiro aconteceu por meio de homens brancos, guiados por uma religião eurocêntrica e que ignorava a cultura local e o direito de transmitir o conhecimento já existente entre os nativos que aqui viviam.

A partir de 1808, após a chegada da família real no Brasil, poucas mudanças aconteceram, porque a nobreza tinha como objetivo a criação de cursos para gerar profissionais que atendessem as suas necessidades e, óbvio, dentro do conceito das pessoas que podiam fazer parte do ensino superior da época – homens brancos e ricos. Desse modo, o acesso à educação ficou restrito a esse grupo por décadas, excluindo negros, indígenas e mulheres.

Por séculos, as instituições de ensino delimitaram de forma extrema os frequentadores desse espaço, de modo que foi instaurada uma segregação imensa entre o saber real, pertencente à nação como um todo, e o saber elitista, colonial e eurocêntrico, que excluía

quaisquer outros saberes que não pertencessem ao status quo definido. Assim, fomos as populações negras, indígenas e pobres foram marginalizadas, não apenas da sociedade, mas dos livros e tiveram seus conhecimentos e contribuições para a construção social do país silenciados.

A ciência e o ensino pautado em ferramentas da branquitude

Quando analisamos os avanços da educação do país, é perceptível os limites colocados no ensino voltados apenas para a visão do colonizador, pois a organização do sistema educacional brasileiro baseou-se na educação ministrada nos territórios europeus e do norte da América. Os conhecimentos transmitidos nas universidades carregam essa herança colonial e contribuem para reforçar a hegemonia cultural, econômica e política da colonialidade. Castro-Goméz (2007) define a estrutura da universidade como arbórea, o que significa que os conhecimentos são hierarquizados e fronteiras epistêmicas não podem ser rompidas. A instituição decide sobre quais são os saberes úteis e inúteis, legítimos e ilegítimos, seguindo a lógica eurocêntrica. Ou seja, os saberes relacionados aos povos negros e indígenas são afastados dos saberes considerados essenciais ao corpo social por meio dessa lógica, não estando presentes na academia.

Nesse viés, as unidades de ensino foram utilizadas como uma das ferramentas do sistema colonial, elas contribuíram para definição das identidades que iriam frequentar esse mundo colonial; para a institucionalização da língua e da cultura do colonizador em território colonizado. Assim, encontram-se pessoas de universos culturais distintos, mas com uma diferença bastante definida: a superioridade do colonizador – que é quem domina o conhecimento, a organização,

que possui os melhores bens materiais e tecnologias – em oposição à inferioridade do colonizado.

Dessa forma, existe a necessidade da valorização da cultura dos povos que formam a nação brasileira que foram excluídos pelo histórico que focava apenas nos homens brancos europeus. A falta de divulgação da história desses povos e a imagem construída dos povos negros, dos indígenas e das mulheres ao longo da formação da sociedade brasileira contribuem para a manutenção das opressões na história do Brasil. É inegável que com o passar das décadas grupos em prol dos movimentos sociais foram formados e, após lutas pelas suas existências, direitos foram conquistados, mas será que são realmente suficientes e efetivos na prática? Por exemplo, por que ainda existem diversos casos de violência contra a mulher? Por que a presença de conteúdos da cultura afro-brasileira é limitada nas instituições de ensino? Nós respondemos, queridos leitores, a resposta está nas amarras do racismo e os machismos que estruturam nossas relações pessoais e institucionais, e o sistema educacional não fica de fora, infelizmente.

Mas como podemos afirmar que essa submissão da educação existente tem ligação com o colonialismo? Analisaremos dados e casos que corroboram essa declaração. Sobre a violência doméstica contra as mulheres, estimativas do IBGE dão conta de que o número estaria mais perto de 1,3 milhão de mulheres agredidas dentro de casa a cada ano no Brasil. A diferença vem da subnotificação – por medo, vergonha, pressão psicológica e, principalmente, pela dependência financeira da mulher agredida, que precisa continuar calada para sobreviver. Esse comportamento, infelizmente, foi normalizado e perpetuado devido aos estigmas derivados da cultura machista ocidental aqui instaurada com a chegada e colonização dos europeus que estão enraizados no corpo social brasileiro, pois na ótica colonialista, mulheres e negros eram inferiores, na verdade, a

população negra da época não era nem considerada um grupo de pessoas com as mesmas necessidades dos brancos. Logo, essa realidade histórica é refletida na educação, visto que os pensamentos foram transmitidos pelas gerações e perpassam pelos jovens da nossa sociedade.

Ademais, apesar de leis - como a 10.639 que torna obrigatório o ensino de assuntos relacionados à cultura negra e indígena nas escolas - assegurarem a disseminação do ensino da cultura afro-brasileira nas escolas, essa determinação ainda é pouco monitorada, estando sujeita a violação; como no caso que ocorreu no Rio de Janeiro, em que Organizações de Advogados do estado recorreram à Justiça para efetivar lei de ensino de história e cultura afro-brasileira em 2018, após notarem que não havia o cumprimento da lei na região, contribuindo para a afirmação de que os aspectos culturais que se referem à esse povo são postos em segundo plano. A modificação do cenário vigente necessita de esforços de toda a nação, para alcançar resultados que correspondam a ascensão almejada.

Academia x escola

A utilização da educação nacional como ferramenta de ajuda na luta contra a continuação dos comportamentos e determinações que estavam em execução outrora na história do país é de extrema urgência. O papel da escola nos dias atuais pode ser visto de duas formas e é debatido de forma exaustiva. Ainda assim, o que se observa, na prática, é uma diferença de opiniões, em que cada qual parece pôr em prática o que lhe convém, não abraçando um efetivo consenso. Para uma corrente de pensadores, o objetivo básico e principal da escola é a preparação dos alunos para o mercado de trabalho. Tal ideia esteve presente de forma marcante na educação brasileira sobretudo nos anos 70, dando força a um imenso número

de escolas técnicas. Uma segunda função da escola, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), é a formação de cidadãos críticos para intervenção no mundo. No entanto, é conhecido que grande parte das escolas, principalmente as privadas, se preocupa realmente com o número de aprovações nos exames vestibulares ou na média das notas alcançadas pelos alunos.

Devido à tamanha contradição entre as funções das instituições de ensino básico, a escola aceita, assume e consolida as desigualdades existentes na sociedade, sejam elas de ordem social, cultural ou étnico-racial. Assumindo-se a ideia de que a escola é igual para todos, indiretamente se assume também que cada indivíduo chega aonde sua capacidade e esforço pessoal lhe permitem, sendo ignorados os pontos cruciais de desigualdades impostos pela sociedade. Diante de tal panorama contraditório, no qual as obrigações da escola parecem inatingíveis na sua plenitude, é que deve agir também a educação antirracista e feminista, uma vez que não problematizar o racismo e o machismo na escola é reproduzir a sociedade discriminatória.

Logo, como vamos buscar um conhecimento se nem sabemos que existe? Raramente são apresentados os estudos referentes à nossa cultura, de forma detalhada, no âmbito escolar, então como vamos desenvolver essa formação? Crescendo com o pensamento branco como dominador do nosso senso crítico? Excluindo nossas raízes? Foi-se o tempo, leitores. Já foi o tempo em que éramos obrigados a nos curvar à cultura branca, queremos nossas histórias nos livros e na vida. Existe ação antirracista na escola? Sim. Existem práticas que evoquem a pluralidade? Sim. Mas essas iniciativas aparecem de forma pontual (professores ou projetos pontuais – Dia da Consciência Negra, Dia da Mulher – em março, esquecendo o mês de julho – Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha). Romper com esse formato é difícil, porque os saberes escolares estão diretamente atrelados ao epistemicídio.

Desta maneira, acompanhando o pensamento de Paulo Freire, educador brasileiro que estudava a educação livre de discriminações, pontua que “*é fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática*”. Fortalecendo a tese de que é importante estourar a bolha que a educação e os conhecimentos fundamentais estão inseridos, sobretudo por meio da desconstrução da educação baseada no status quo.



A importância da desconstrução da educação que compactua com o *status quo*

Status quo: o que é isso?

Status quo é uma expressão em Latim que significa “o estado das coisas”. Ela também pode ser escrita sem o “s” (statu quo), mudando apenas o começo da frase: “no estado das coisas”. A expressão surgiu por volta de 1700 como uma forma reduzida da frase “*in statu quo res erant ante bellum*”, que pode ser traduzida como “no estado em que as coisas estavam antes da guerra”.

Depois, a expressão começou a ser usada simplesmente para se referir ao **estado atual das coisas**. Por isso, geralmente é usada em frases como “mudar o status quo” ou “desafiar o status quo”. Apesar de ter surgido em um contexto de guerra, é possível usar esse termo em qualquer situação que fale sobre manter, desafiar, defender ou considerar um conceito atual, sobretudo hegemônico, seja uma empresa ou uma ideia.

Por que essa desconstrução é necessária?

Voltando ao foco da nossa escrita, trouxemos o conceito de status quo para poder situar os leitores no contexto que vamos iniciar. A educação é um direito e todo direito é aperfeiçoado com o

tempo, capaz de ser desconstruído. Essa garantia, nesse viés, está sujeita a colisões de cunho culturais e históricas, bem como sociais, e, por vezes, pode reproduzir as estruturas de tais conflitos. Não é em vão que a educação, frequentemente, é vista como instrumento de manutenção do status quo, ou seja, mantém esse status ativo, quando utilizada para fortalecer conceitos antigos e preconceituosos em alguns pontos, tais como a marginalização de determinados grupos das escolas ou universidades. Além disso, pode ser vista também como forma de controle do Estado, uma vez que perpetua uma formação superficial, que carece da expansão do senso crítico dos jovens. Nesse sentido, seria a educação um privilégio que serve como ferramenta de controle social a serviço da elite no Brasil?

Seguindo o pensamento de bell hooks, em sua obra *“Ensinando a transgredir – a educação como prática da liberdade”* (1994), que acredita que a construção de uma educação humanista – que não perpetue pensamentos e ideais machistas, racistas, homofóbicos, por exemplo – que reconheça as peculiaridades do indivíduo e que garanta a voz dos estudantes, é capaz de estimular o senso crítico deles e avançar para uma prática que liberte as minorias das opressões. Contudo, ao passo que são poucas as estimulações para o rompimento com o colonialismo ainda presentes nesses espaços, poucas serão as modificações que visem desconstruir esses estigmas nocivos vigentes.

Narrativas para além da escravidão

Quando entramos no espaço escolar, nos convencem de que a nossa ancestralidade parte de uma teoria secundária, submissa, irracional e de força física esbelta. Ao pensarmos na mulher negra nessa mesma linhagem, lembramos de Tia Anastácia - rejeitada; a guerreira que aguenta tudo; aquela em que o afeto é negado; a que prepara a comida, mas Dona Benta que é vangloriada pelas receitas.

Aprendemos uma epistemologia - saber científico - eurocêntrica, onde a Europa, inserida no sistema supremacista - imposição autoritária de um grupo sobre o outro que é excluído pela sociedade - ocidental, articula tudo que se auto beneficia - a política, a economia, o conceito de beleza, de bem-estar, de cultura. Logo, a nossa humanidade é regulada por esse definidor e quanto mais distante estivermos desse sujeito - cis heteronormativo branco - menos humanos nós somos.

A pedagoga brasileira Nilma Lino Gomes propõe uma pedagogia das ausências e das emergências para estimular a visibilidade aos saberes construídos pelo movimento negros brasileiro, historicamente produzidos como inexistentes. Em concordância com Nilma, é necessário lembrarmos que muito antes dos indivíduos escravizados serem lançados ao oceano atlântico, os Griôs – indivíduos que dão seguimento à memória ancestral, por meio do saber oral, geralmente ancião - já contavam histórias e partilhavam suas bagagens de sabedoria; reis e rainhas perpetuavam seus legados na África e cultuavam suas grandiosidades, culturas e riquezas.

As nossas histórias vêm de muito longe e temos o direito de conhecer as narrativas que foram ocultadas. Entretanto, por que incentivar essas desconstruções?

É sabido que, é importante se identificar no outro, ver semelhantes ocupando espaços que, eventualmente, sonhamos em ocupar, sentir a representatividade. Porém, para o povo negro, a identificação de semelhantes é sempre em profissões de serviços - não que sejam empregos sem dignidade, mas tê-las como única possibilidade, limita negros e negros a se enxergarem apenas nesses espaços. A falta de pluralidade e diversidade nos lugares de poder, destacando as instituições educacionais, naturaliza a estrutura discriminatória em nosso país. Tendo como consequências, a sensação de não pertencimento, de não lugar, de não reconhecimento histórico que permanecem.

Do que adianta oferecer instrumentos ao oprimido se não reeducar o opressor? Dessa forma, propomos uma desconstrução coletiva, a qual seja possível conhecer as existências de múltiplas epistemologias, propor um olhar descolonizado, formas de perceber o porquê de comportamentos racistas, sexistas, machistas, elitistas fazem parte das entranhas do corpo social, afinal, não problematizar a opressão ensinada na escola é reproduzir a segregação.



Escambo de vivências

Vivemos em uma sociedade em que as desigualdades – de raça, gênero, concentração de renda e o patriarcalismo permanecem enraizados no corpo social. Mas por que estamos citando isso? Temos ciência de que esses fatos trazem impactos significativos em nossas vidas, de modo que refletem em nossas realidades e experiências, essas que são extremamente distintas, mas que se interseccionam.

A interseccionalidade

O que é isso? Kimberlé Crenshaw (1959) estudiosa afro-estadunidense, responsável por desenvolver o termo “interseccionalidade” avalia que os “eixos discriminatórios” se ligam, originando intersecções orgânicas, por vezes fluidas, subjetivas, que se direcionam às mulheres negras marginalizadas e engloba relevâncias acerca das opressões divergentes, entretanto interseccionadas, o que parte do princípio de mulheres em maiores vulnerabilidades que outras conhecidas como: “opressões interseccionais”.

De acordo com Carla Akotinere “a interseccionalidade pode ajudar a enxergarmos as opressões, combatê-las, reconhecendo que algumas opressões são mais dolorosas”. “Às vezes oprimimos, mas às vezes somos opressores”. Essa teoria propõe entendermos as variadas categorias sociais, culturais e biológicas que atravessam nos espaços sociais. Assim, a interseccionalidade, assume um papel central na luta do feminismo negro.

Mas qual a necessidade de falar da intersecção social? Quando falamos de escambo de vivências, não podemos ignorar a

importância da escuta, pois por meio desse movimento é possível lidar com as situações, interseccionar os problemas e buscar uma solução. Obviamente não de forma tão simples, pois sabemos que existe um longo caminho para o combate das opressões que se fazem presentes em nosso corpo social, mas como melhorar algo sem escutar o lado que sofre com esse problema? Como esse desvio moral agonia a sociedade há um longo tempo?

Nesse viés, esse capítulo trata disso, do exercício da escuta dentro dos espaços educacionais como meio de tratativa da marginalização que as meninas pretas podem sofrer no âmbito escolar. Ao invés de continuarmos (nos incluímos, pois estamos em evolução, bem como nossos leitores) esse padrão cruel que é vigente na nossa sociedade, podemos exercer a escuta e o apoio para que as dificuldades que estão ao redor das meninas pretas não as limitem, não construam barreiras, mas que a educação sirva como ponte para uma jornada tão grandiosa quanto nossa ancestralidade.

A escola se constitui em um espaço que, para além de adquirir saberes, configura-se antes como ambiente importante para consolidação das relações humanas tão fundamentais para a formação do ser humano. Segundo o educador Paulo Freire, “é o lugar onde se faz amigos, não se trata só de prédios, salas, quadros, programas, horários, conceitos... Escola é, sobretudo, gente que trabalha, que se alegra, se conhece, se estima”. (FREIRE, P. A escola [poesia] s/d). Assim, atribuir a socialização de vivências, o compartilhamento de saberes, no espaço escolar é essencial para a desconstrução dos paradigmas que contribuem para a marginalização, direta ou indireta, das mulheres pretas.

Construindo um espaço seguro

Por muito tempo, as mulheres pretas foram submetidas ao descaso, à indiferença, à falta de representatividade. Estamos caladas há muito tempo (sendo forçadas a permanecermos guardando nossas dores) que em muitas situações não se identifica a discriminação que está sendo realizada ou não existe segurança para compartilhar nossas dores. Então, como resolver essa questão?

Primeiramente é saber como a conversa para a escuta e o compartilhamento de vivências irá acontecer, dentro do contexto de que é uma atividade para empoderar meninas pretas. Acreditamos que o apoio e a presença do acolhimento são de extrema importância nesse momento, em que será fortalecida a forma como as jovens mulheres pretas se enxergam na sociedade e como buscam erguer-se entre o grupo formado por suas semelhantes.

No feminismo existe uma palavra para essa linha de apoio, para essa estrutura de fortalecimento entre mulheres é dado o nome SORORIDADE, a origem da palavra está no latim sóror, que significa “irmãs”. É um movimento político de transformação das estruturas sociais que tem por objetivo superar barreiras juntas e sem julgamentos, porém, esse não é um local majoritariamente ocupado por mulheres negras. Por isso, Vilma Piedade, mulher negra, pós-graduada em literatura brasileira, afirma que não é só sororidade, é DORORIDADE. “Não há democracia plena sem a inclusão das mulheres negras embutidas a estrutura da sociedade.” Esse termo escancara que existe dor que só as mulheres negras reconhecem, estas que por vezes são ignoradas ou inferiorizadas.

Afinal, como promover esse espaço seguro no ambiente educacional? Pequenas práticas como a adoção de ebooks, artigos e livros, podem exercer impactos importantes para a expressão, o impulso do eco das vozes dessas meninas nesse espaço. Para além

da sala de aula, pois a prática de tornar natural o empoderamento feminino negro no cotidiano é tão importante quanto a teoria, a promoção de encontros e bate-papos, entre as alunas e um corpo de profissionais especializados nos temas que se referem a essas perspectivas, com o objetivo de fortificar esse grupo.

A sociedade ainda não reconhece de forma efetiva que as mulheres, principalmente negras, podem frequentar ou ocupar lugares que são historicamente negados a elas. Por isso, é preciso promover essa visibilidade, de forma efetiva e consciente, através de mulheres negras, seja por meio da escuta ativa e de palestras ou pela adoção de obras de autoras negras. É preciso ouvir!



Como construir esse mecanismo de modificação, ressignificação ou democratização de saberes?

Metodologias ativas

Quando pensamos sobre entender o meio social em que vivemos, também refletimos sobre a maneira como interagimos com o mundo e de que modo o exercício da informatização impactou nos aspectos sociais. A educação como agente transformador também apresentou aperfeiçoamento, com propósito de apresentar o estudante como protagonista da construção do próprio conhecimento, isso é conhecido como metodologias ativas.

De acordo William Glasser, psiquiatra norte-americano, a teoria da pirâmide de aprendizagem revela que: aprende-se 10% quando lê, 20% exercendo a escuta, 30% quando se observa, 50% desempenhando leitura e escuta, 70% promovendo debates, 80% quando pratica a escrita e interpretação e 95% no cultivo de explicações. Os mecanismos a partir de 70% são classificados como ativos, visto que transmitem mais eficiência. Vale ressaltar que, o Manifesto objetiva atuar como mediador desse conhecimento.

Logo, investir e atualizar esses mecanismos demonstra que essas estratégias são mais ágeis e evidencia como o cérebro humano

se adequa a cada situação e cada estilo de estudo. A discussão é um meio cooperativo, que oferece um maior compartilhamento de informações e conseqüentemente melhores resultados. A prática estimula os estudantes a fixarem o conteúdo e adquirir uma compreensão de forma mais profunda e esse conhecimento pode ser ensinados pelos próprios alunos, entre outros métodos e recursos que coloquem o estudante em uma posição ativa e protagonista da própria aprendizagem.

O professor de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na Universidade Federal da Bahia (UFBA), Eduardo Oliveira, diz que:

“Da Educação Infantil à Superior, é essencial conhecer e ressaltar o protagonismo africano e afro-brasileiro na produção do conhecimento, como Dandara, Akotirene, Milton Santos, João José Reis, Muniz Sodré, Conceição Evaristo, Chiquinha da Silva, e relacionar esses exemplos positivos a cada um de nossos estudantes negros”.

Dessa forma, deixando clara a necessidade de transmitir esses conteúdos para as jovens negras, fortalecendo nossa tese. Em 2016, por exemplo, foi realizado o “teste da boneca” com crianças italianas, o teste é um experimento psicológico realizado nos anos 40 nos Estados Unidos para testar o grau de marginalização sentido por crianças afro-americanas e causado pelo preconceito, discriminação e segregação racial. No vídeo, “Doll Test - Os efeitos do racismo em crianças (POR)”, foram colocadas duas bonecas à mesa, uma preta e uma branca, um dos questionamentos foi: Qual era a boneca má? Logo, direcionaram-se para a preta. Pensando nesse contexto, é claro que é reflexo de uma ideia enraizada do processo histórico. Por exemplo, o Brasil mesmo vivendo em uma diversidade cultural,

percebe-se que as escolas ainda não estão preparadas para exercer uma educação antirracista.

Nas salas de aulas ou até mesmo em algumas instituições, o incentivo à leitura de livros com protagonistas negros não é tão frequente, diariamente na televisão, redes sociais, outdoors mostram apenas brancos em posição de destaque e bem-sucedidos. A forma como a situação é apresentada também promove grandes impactos. De tal forma que, quando os negros são expostos, é na colocação de algo ruim ou que não presta. Esses comportamentos acabam por incentivar valores, em que a menina preta fique submissa a discriminação e humilhação a tudo aquilo que não presta.

Portanto, utilizar estratégias das metodologias ativas, priorizando-as e garantindo a promoção do desenvolvimento das habilidades de estudantes, desenvolvendo seu senso crítico, em como ela vê e interpreta determinada cultura, aprimorando os sentidos e fazendo-a reconhecer as contribuições do feminismo negro nesse espaço e no confronto pedagógico e epistemológico, fará os estudantes conhecerem a história através de uma nova ótica. Pensar em mecanismo de aprendizagem, é considerar possibilidades que crescentem na educação antirracista, seja por meio das mídias, pedagogias ou artes.

Papel das matérias e atividades extracurriculares

Por que pensar em uma educação diversificada? O uso de atividades extracurriculares como estratégia na formação de estudantes é fundamental, posto que atividades como dança, teatro, música, culinária, esportes, trabalhos voluntários e clubes de leitura, tem a finalidade de despertar a criatividade, habilidades, vocações, promover a interação social e estimulação cognitiva na qual os

estudantes podem se identificar, resgatando seu legado e auxiliar em decisões futura.

O incentivo e a implementação das atividades extracurriculares mostram-se como meio para o desenvolvimento dos estudantes, enquanto individuo social. Além de que, o progresso em sala de aula é influenciado positivamente pelo emocional e o comportamento físico. Pôr essas ações em prática, aponta resultados benéficos, por exemplo, no desenvolvimento acadêmico que direciona para seu propósito; na administração do tempo, em que a organização é um ponto primordial, para que todas as tarefas desejadas sejam cumpridas; o senso de responsabilidade que pode impactar nos trabalhos em grupo e o rendimento, porque o aluno passa a perceber a importância das matérias e sua aplicabilidade diariamente.

Apresentar assuntos por meio de outras perspectivas, torna o aprendizado ainda mais enriquecedor. Pensando nesse cenário, da menina preta e do menino preto no ambiente escolar, como se dão essas relações de desigualdades na transmissão do conhecimento nas matérias extracurriculares? As expressões artísticas de cultura africana e/ou afro-brasileira ainda são interpretadas com desdém e discriminação. As danças, contos, lendas, músicas, pinturas, símbolos, entre outros são desvalorizados e, por vezes, nos procedimentos estabelecidos no espaço escolar, acabam por reforça um olhar indiferente, ou ganham um tom folclórico ou estereotipado.

Uma das funções da escola envolve o preparo de cada estudante para o mundo, assim como exerce grande influência na formação de cada indivíduo para a realidade social. Isso é, apresentar para esses estudantes que suas ações e atitudes trazem impactos na sociedade. Outrossim, de acordo com a teórica e ativista bell hooks (1994, p.85), apresentar nas academias o abismo entre a teoria e a prática, que propaga técnicas do elitismo intelectual, acabam por proporcionar uma falsa divisão em duas partes entre as linhas de demarcações do sistema.

Todavia, trabalhar questões socioculturais e abordar as problemáticas pertinentes, por meio do conhecimento de diversidades teóricas e dos escambos de vivências nas escolas, acaba por desarticular a mesma como um local de prepotência. Assim, praticar o pensamento crítico e desconstruído é entender a sociedade em que vivemos e promover a visibilidade das meninas pretas e meninos pretos, historicamente marginalizados.

Redes sociais

Entender e tornar mais ampla uma educação antirracista é fundamental, prezar por uma educação que proporcione a justiça social e a liberdade dos marginalizados são necessárias e a sociedade encontra-se em atraso em relação a garantia desses direitos à população negra. Atualmente, os avanços tecnológicos permitiram grandes mudanças, sejam culturais, sociais, econômicas ou políticas, além disso, permitiu reconhecer a forma como cada ideia e informação são propagadas nas redes sociais.

A ligação entre a educação antirracista e mídias sociais conversam entre si, visto que a disseminação, a alienação e a radicalização de opiniões estão sendo muito discutidas. Durante participação no programa Roda Viva, da TV Cultura, em 23 de julho de 2020, dos entrevistados, o advogado, filósofo e professor Silvio Almeida disse que: “Uma educação que não questiona o racismo se torna uma educação que vai simplesmente reproduzir como parâmetro de normalidade a discriminação racial”. Essa afirmativa, portanto, ressalta como a educação interfere na dinâmica social e, atualmente, digital, uma vez que a inércia desse sistema diante da problemática racial e de gênero na sociedade perpetua as dores e os estigmas existentes.

A internet é um mecanismo criado com a falsa ideia para “propagar” a inclusão social, tornando o uso pouco ou inacessível para aqueles que possuem menor renda e grau de escolaridade, segundo a CCN BRASIL. Logo, há jogos de concentrações e a partir desse ponto fica o questionamento: quem domina essa categoria? Essa reflexão dentro do eixo educacional e nas redes sociais exige o exercício do diálogo. Refletir que a liberdade e o ativismo estão entrelaçados e cercados por temáticas questionáveis, sejam pelo poder da sociedade capitalista, sejam pelas imposições ou estruturas, fazem parte de movimentação em prol da desconstrução desse espaço que, em tese, é democrático.

Combater as desigualdades através das redes sociais promove a visibilidade às diversidades e fazer uso desse mecanismo em sala de aula, permite o aluno compreender uma perspectiva intercultural por uma nova ótica. Uma educação que vai além da aplicação da lei 11.645/2008, que institui sobre obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileiro nos currículos escolares e ainda mais além do dia da consciência negra, que parece ser valorizada apenas no dia 20 de novembro. Para tanto, é necessário que essas temáticas sejam contextualizadas, a fim de atender aos diversos grupos presentes nas escolas.

A desnaturalização do racismo nas escolas deve ser um processo contínuo juntamente com o rompimento de subjugação social, pois os vestígios da escravidão ainda são nítidos e sentidos diariamente. Resgatar as pautas e prezar pela cidadania, incluindo as meninas pretas nesses movimentos sociais, respeitando seus legados e inquietações, trata-se, portanto, de um meio onde essas representações diversas, divulgam conteúdos, como enfrentamento as desigualdades sociais. As práticas midiáticas que são direcionadas a educação formal, além de ser um suporte para os debates étnico-raciais, é uma proposta que permite que as estudantes negras, saiam de lugares que são historicamente determinados.



Potencialização das meninas pretas nas escolas

A lei 10.639, de 2003, determina a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana na extensão curricular da educação básica, tanto na rede pública, quanto na privada, com a tentativa de impulsionar a diminuição da distância entre África e o Brasil. Entretanto, as histórias contadas e perpetuadas em sua maioria são da visão do colonizador, que nas aulas de história os negros são apontados como escravos em condição natural, colocados numa posição de objetificação, como propriedade permanente da Europa, submissos, e não como sujeitos que foram escravizados.

É perceptível que, geralmente, a lei é trabalhada nas instituições educacionais de forma transversal, atravessada, pautando as questões étnico-raciais de maneira padronizada, substancial, breve, sintetizada, sem resgatar e pontuar a existência da diversidade de produções da ancestralidade negra. Visto que, as memórias do continente africano são apenas lembradas em situação de miséria, pobreza, ou em 13 de maio – suposta abolição da escravatura (nesse caso pontuamos como ‘suposta’, pois, a maioria dos negros, sobretudo mulheres negras, em suas diferentes posições, direta ou indiretamente, continuam garantindo o alicerce dos brancos detentores do capital brasileiro,) -, ou então em 20 de novembro – momento em que Zumbi é lembrado, mas os feitos de inúmeras lideranças são esquecidos.

Conseqüentemente, os fatores destacados contribuem para o descumprimento e a negligência das diretrizes curriculares

propostas pela legislação, dado que, além de não ser estimulado um resgate efetivo das narrativas que foram colonizadas, a temática não é discutida para além das áreas de humanas e linguagens, fato que deveria acontecer, pois é preciso ser debatido e adaptado nos conteúdos das múltiplas disciplinas.

Afinal, por meio do diálogo interdisciplinar, é possível estimular a estudante negra a se reconhecer intelectualmente capaz; manifestar as múltiplas possibilidades e espaços que podem e devem ocupar; além de perceber a existência da extensão de produções dos ancestrais em diversos lugares e momentos, muito antes do processo de escravidão.

Empoderar é transgredir: andanças que não são desacompanhadas

No instante em que pensamos sobre o conceito de *Empoderamento*, o que vem em mente é a relação com o poder. Todavia, 'poder' é polissêmico, ou seja, pode ser compreendido a partir de diferentes visões. A princípio pensamos 'poder' a partir de uma ótica de supremacia, domínio e de opressão, violência daqueles que possuem o controle socioeconômico e político, isso é, um poder pautado de forma centralizada em ambientes específicos da sociedade. Em seguida analisamos 'poder' como algo posto em todas as relações humanas, distribuído de forma desigual, mas espalhado rapidamente na dimensão social.

Segundo Paulo Freire, o Empoderamento segue uma lógica em que a pessoa, grupo ou instituição empoderada é aquela que realiza, por si mesma, as mudanças e ações que a levam a evoluir e se fortalecer, logo, começando um movimento de dentro para fora. Deixando de reproduzir o padrão de poder eurocêntrico nas relações

afetivas de maneira ampla, estará contribuindo para a promoção de revoluções nas estruturas sociais, lutando por direitos que não são exclusivamente de um indivíduo, e sim de um grupo.

Por meio das redes sociais, movimentos sociais têm se engajado na disseminação de informações com o objetivo de expandir as reivindicações, além de aproximar ou democratizar as produções acadêmicas elitistas para o entendimento popular. O distanciamento da produção do conhecimento científico do cotidiano da população, sobretudo marginalizadas, é uma das manobras da elitização, com o propósito de restringir, dificultar o acesso aos espaços de emancipação sociopolítica, cultural, cognitiva e econômica.

Tratando-se das movimentações e produções de mulheres negras, o feminismo negro aborda o empoderamento pelo viés de quebra do poder patriarcal, eurocêntrico, branco, de fato, um confronto com as problemáticas sociais que conservam as injustiças. Lembrando Ângela Davis, em seu livro 'Mulheres, Raça e Classe' ela afirma que as negras escravizadas desenvolviam múltiplos trabalhos de sustentação e ressignificação dos efeitos das opressões raciais para evitar que todos os negros que viviam presos nas senzalas não desistissem de lutar pela sobrevivência. Ou seja, mulheres negras sempre tiveram que engolir o choro, se fortalecer e fortalecer os seus, exercendo o empoderamento de maneira intuitiva e coletiva.

Infelizmente, todo o potencial de empoderamento se enfraquece a partir do momento em que há distorção do seu significado real e emancipatório para impulsionar falsas ações de fortalecimento e valorização individualista, o que, dentre outras facetas, mantém a exclusão de outras existências.

O feminismo possui várias vertentes, o feminismo liberal, por exemplo, pauta o “meu corpo e minhas regras” como um mecanismo

de empoderamento, porém como dizer de forma tão simples e descontextualizada a uma menina negra que a regra é sua quando se entende que seus corpos sempre foram violentados, sexualizados, objetificados, tratados como a máquina de prazer sexual e reprodução do Estado? Isso significa que ocorre a exclusão de um grupo, logo não é empoderamento, reforçando a necessidade de considerar os marcadores de Raça, Gênero e Classe e entender que cada grupo tem as suas demandas e emergências.

Uma conquista pessoal pode até colocar o indivíduo em um lugar de poder, mas continuará fazendo parte de um grupo excluído pela sociedade, portanto desconsiderar a situação sociopolítica é perpetuar a opressão contra si mesmo(a).

Cultuando os próprios traços

Na infância, quando frequentamos o ambiente escolar, local onde a convivência com pessoas diversas vai aumentando com a inserção nos espaços sociais, o respeito às diferenças ainda parece ser utópico porque mesmo com alguns avanços, crianças negras, ainda sim, recebem tratamento diferente em relação às crianças brancas. A título de exemplo, quando está na hora de pentear o cabelo, algo comum em creches e escolas primárias, e sempre surgem aqueles questionamentos sobre o que fazer com aquele cabelo mais complicado que o da menininha branca de madeixas lisas ou quando as meninas brancas são vistas como mais frágeis ou delicadas durante uma brincadeira.

No processo de entendimento sobre as cores, a criança é ensinada, por exemplo, que “a cor de pele” é a cor rosa, melhor dizendo, o ensinamento transmitido é que a cor valorizada e que deve ser considerada humanamente são de pessoa brancas. Dessa

forma o indivíduo vai crescendo com a ideia de que a cor preta deve ser atrelada a coisas ruins, cruéis, incentivando jovens pretas(os) rejeitarem e anularem a própria existência.

Caminhando para a adolescência, momento das grandes descobertas, conflitos, encontros e desencontros, a autoestima é uma das questões que mexe de um jeito mais intenso com os jovens, porque a construção do gostar da autoimagem demanda tempo, paciência, identificação racial, se ver representado por pessoas semelhantes. Entretanto, para esses processos acontecerem efetivamente, no mínimo, é importante ter incentivo de alguém, surge, então, a importância do papel da instituição educacional.

É sabido que a sociedade brasileira se construiu conforme o processo de colonização, assim, o ocidente enquanto ditador das regras, também definiu o conceito de beleza, do que é belo e do que é feio. Embora os valores éticos mudem de acordo com a mudança de gerações e pensamentos, a padronização da beleza ainda é uma das heranças da visão do colonizador, em que a beleza contemplativa deve ser da mulher branca, magra e de cabelos lisos.

A jovem preta, na tentativa de entender e construir a própria identidade, vê-se mais uma vez frustrada por não seguir a cartilha imposta. Meninos, tanto pretos, quanto brancos, por exemplo, são ensinados a gostar, valorizar, ter relação afetuosa para com meninas brancas, justamente por aprenderem que meninas negras podem até servirem para “ficar”, se envolver de vez em quando, mas dificilmente servirá para “namorar”, ser apresentada como tal para a sociedade – quando desagua a solidão da mulher negra - porque a visão que foi implantada em suas mentes é que o verdadeiro troféu é a menina branca.

Patrícia Hill Collins, intelectual negra, estadunidense, apresenta a expressão “imagens de controle” como um estereótipo

que tem como objetivo uma falsa representação de sujeitos. Isso é, são mecanismos de controle e dominação para fazer com que as injustiças e falta de humanização cotidiana pareçam normais e inevitáveis. As imagens de controle de meninas/mulheres negras são construídas na perspectiva de trabalhadoras braçais; cuidadoras, mas não merecem cuidados; escandalosas; matriarcas agressivas; cabelos ruins.

Desconstruir o confuso bolo de negativas que foram atrelados aos corpos das pretas é uma caminhada lenta e dolorosa, mas possível. bell hooks nos diz que o processo de ser e viver como mulher negra é lidar com uma reconstrução diária sobre como nos vemos, sobre retomarmos o amor. Isso significa que há possibilidade de ressignificar as nossas mazelas; reconstituir o amor próprio; gostar dos detalhes singulares e cheios de histórias em nossos corpos; se permitir receber carinho e afago; entender que cabelos crespos não são ruins; reconhecer as subjetividades e pluralidades como grandiosidades.

O resgate na arte

Conhecer as nossas próprias narrativas de uma ótica que foi ocultada durante muito tempo é uma redescoberta prazerosa. É provocar o senso crítico a ter sensibilidade para enxergar e analisar o outro lado da história. É compreender que muito antes das travessias forçadas no oceano Atlântico, a arte, música, poesia, literatura, dança e a cultura já reverberavam.

A mulher negra “sobreviveu” com os lugares subalternizados e essa condição foi naturalizada pela sociedade, visualizar-se ocupando múltiplos espaços, que não sejam de subserviência, ainda é novo e causa insegurança, sobretudo por não se sentir capaz. E esse sentimento de incapacidade é alimentado pelo silenciamento,

pelo entrelaçamento dos sentimentos sufocados, pelas lágrimas bloqueadas. Segundo Pauline Clance e Suzanna Imes, pesquisadoras da Universidade do Estado da Geórgia, em 1978 nomearam essa sensação como Síndrome do Impostor, a qual o indivíduo desconfia das próprias competências e não consegue acreditar nas próprias conquistas e todo o mérito é resultado de sorte.

Durante muito tempo, vivemos com a sensação de um incômodo íntimo ao entrar em determinados espaços e sentir a rejeição no olhar, de que não podíamos ocupar diferentes ambientes por achar que não existiam corpos negros, não existia referência, mas a real é que sempre existiram, porém, desde sempre foram desvalorizados, desqualificados, ocultados, suprimidos.

Depois do continente africano, a cidade de Salvador é a mais negra do mundo, onde os legados de África são cultuados fortemente, onde a musicalidade, por exemplo, foi construída com contribuições importantíssimas de mulheres negras. No entanto, é contraditório e incoerente a partir do momento que suas produções não ganham o mesmo prestígio que cantoras baianas como Ivete Sangalo e Daniela Mercury, que são vangloriadas, enquanto artistas negras como Margareth Menezes, Virgínia Rodrigues, Marcia Short e Mariene de Castro são empurradas para debaixo do tapete, boicotadas pela política racista, machista e intolerante dos patrocinadores.

Em 1974 nascia o primeiro bloco afro do Brasil, o Ilê Aiyê, o qual com o objetivo de preservar, valorizar e expandir a cultura afro-brasileira, homenageia países do continente africano e revoltas negras brasileiras, a fim de fomentar o processo de identidade étnica e a autoestima negra. As temáticas, canções e danças ecoam fortemente a ancestralidade africana, promovendo um trabalho político-educacional. O Mais Belo dos Belos – Ilê Aiyê - possibilita ao negro enxergar-se bonita (o); olhar com carinho cada traço do corpo; sentir a representatividade; sentir uma sensação de capacidade,

potencialidade, preciosidade; de contemplar as movimentações dos corpos dançando e reivindicar a emancipação com o gingado. E é exatamente disso que estamos falando, da representatividade, da força das nossas vozes, da ampliação das nossas histórias como ferramenta para a expansão desse acolhimento e da representatividade.



As encruzilhadas não têm fim

Se você chegou até aqui, agradecemos-lhes verdadeiramente pela paciência em navegar pelas peripécias das pretas. Sem perder a clareza das marcas do processo histórico que atravessam desde a construção da sociedade brasileira até os dias atuais, o som das diferentes vozes das mulheres negras causa grande impacto social, sobretudo, por ecoarem as sujeiras empurradas para debaixo do tapete durante anos.

Promover o diálogo em torno das opressões interseccionais, é analisar, de maneira ativa, a realidade social na perspectiva da desigualdade de Raça, Gênero e Classe. Além disso, é pensar em práticas educativas com base em uma educação antirracista e feminista, uma vez que é necessário compreender a história do ponto de vista da subalternizada. A interseccionalidade é a liberdade intelectual de todas as mulheres pretas que foram silenciadas, oprimidas e interrompidas.

Ensinar a interpretar a história de forma eurocêntrica, esvaziar todo o conteúdo político da luta do povo negro, transformar as rebeliões do século XIX em complementos da história “oficial” e ensinar para jovens negros, principalmente aqueles que estão nas escolas públicas de periferia – onde a carência e atenção educacional ainda é maior – que a abolição foi um ato voluntário da princesa Isabel.

Enquanto prevalecer a lentidão do sistema educacional e do poder público no processo de execução, de fato, da Lei 10.639/2003, grupos e entidades que fazem parte do movimento negro ou iniciativas

antirracistas vão viabilizando, promovendo, articulando, com seus próprios artifícios, projetos pedagógicos de valorização da cultura, da história e dos saberes construídos pela comunidade negra.

Por meio das nossas vivências, em conjunto às reflexões bibliográficas, esperamos contribuir na ressignificação do pensar da sociedade e tudo que nela está atravessado. Ademais, possibilitar o resgate potente e grandioso da ancestralidade negra na formação das meninas pretas, explorando sua importância e o seu valor social, não em posições inferiorizadas ou secundárias, mas como dona de si e não pertencente a uma posição pré-determinada por um sistema retrógrado, racista e machista.



Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de: depoimento [jun.2020]. Entrevistadores: T. Amparo, P. Cruz, F. Lima, P. Miraglia, J. Ribeiro. Rio de Janeiro: Mackenzie. 2020. Entrevista concedida a Universidade Presbiteriana Mackenzie. Link: **No Roda Viva, Silvio Almeida explica funcionamento do racismo estrutural** | Mackenzie.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Renascimento, Humanismo e Reforma**. IN: História da Educação, 2ª Ed., São Paulo, Moderna, 1996.

ARAÚJO, Juvenal. Os 15 anos da Lei 10.639. **Portal Geledés**. Disponível em: https://www.geledes.org.br/os=15--anos-da-lei10-639-/?gclid=Cj0KCQiAhs79BRD0ARIsAC6XpaUuEKyJC20h1DIXwUssW-Zok7MxyvW2cG46wSFEDPM2BMZ0_0G82E4gaAprOEALw_wcB. Acesso em: 20 nov. 2020.

BORGES, Juliana. A mulher negra e a eterna construção do amor-próprio ou porque ser uma mulher negra feliz é um ato revolucionário. **Claudia**. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/blog/juliana-borges/a-mulher-negra-e-a-eterna-construcao-do-amor-proprio/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

BORGES, Roberto. O MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR. **Educação em revista** UFMG. Educ. rev. vol.34 Belo Horizonte 2018 Epub Nov 23, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100653#fn1. Acesso em: 20 nov. 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento, tradução Jamille Pinheiro Dias. – 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.

Combatendo o racismo na escola: abordagens possíveis. Centro de Referências em Educação Integral. 2017.

CRUZ, Paulo Emílio de O. e Cruz. Ebook: **Metodologias Ativas Para A Educação Corporativa**. Prospecta, p.5, abr. 2018.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Cultura e Política**; tradução Heci Regina Candiani. – 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DJAMILA, Ribeiro. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

Doll Test - Os efeitos do racismo em crianças (POR). Fanpage.It. 2:44. 2016.

Educação reforça desigualdades entre brancos e negros, diz estudo. Agência Brasil. Nov. 2016.

FERREIRA, Carmem Dora. A mulher negra na construção do Brasil. **Observatório do terceiro setor**, 2014. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/colunistas/a-mulher-negra-na-construcao-do-brasil/>. Acesso em 11 de nov de 2020.

FONSECA, Mirna Juliana Santos; MARCELINO, Sandra; MACHADO, Carla Silva; MELO Keite Silva de. Relações Étnico-Raciais E Redes Sociais: Desafios Para A Educação Intercultural. **Revista Arte de Educar**, v. 3, n. 3, (2017).

FRAGA, Gleide. Sobre a solidão da mulher negra. **Geledés**, 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sobre-a-solidao-da-mulher-negra/>. Acesso em 13 de nov de 2020.

FRANCISCO JUNIOR, W. E. Educação anti-racista: reflexões e contribuições possíveis do ensino de ciências e de alguns pensadores. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 14, n. 3, p. 397–416, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-73132008000300003>. Acesso em: 20 nov. 2020.

GARCIA, Maria Fernanda. Desigualdade social: 1 em cada 4 brasileiros não tem acesso à internet. **Observatório do 3º setor - CCN BRASIL**. Maio de 2020. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/desigualdade-social-1-em-cada-4-brasileiros-nao-tem-acesso-a-internet/>. Acesso em: 11 out. 2022.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Revista em favor de igualdade social. Petrópolis: RJ, Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20Lélia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade; tradução de Marcelo Bandão Cipolla. – 2 ed.- São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, Bell: **Por uma pedagogia interseccional**. Portal Geledés. 2016.

KAERCHER, Gládis Elise Pereira da Silva. Racismo e educação anti-racista: desafios contemporâneos da escola. In: XAVIER FILHA, Constantina (Org.). (Org.). **Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias**. 1ed.Campo Grande (MS): Editora da UFMS, 2012, p. 1-17.

LAU, Héilton Diego. FATUMA, Wellton da Silva de. et al. **Raça, gênero e sexualidade em perspectivas discursivas**: efeitos e práticas da/ na violência. Volume 2. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.

LIMA, Amanda Isadora da Silva; REIS, Beatriz Rebouças; VIEIRA, Antônio Maira Emelly Cabral da Silva. Uma Análise Da Identidade Negra Na Educação Infantil. Universidade Federal Rural do Semi-Árido. **Revista Includere**, v. 3, n. 1, 2017.

LIMA, Fernanda da Silva; CAPORAL, Angélica Azerego Garcia. FEMINISMO NEGRO NO BRASIL E LUTA POR RECONHECIMENTO: UM DIÁLOGO COM A TEORIA DA JUSTIÇA DE NANCY FRASER. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 15, n. 1, p. e37166, 1 jan. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/37166/pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

Projeto sensibiliza pessoas brancas para educação antirracista. Setor 3. set.2020.

RACHID, Laura. **Entenda o que é e como construí-la**. Educação, jun. 2020.

RODRIGUES, Carla. Racismo à brasileira: colonizado e alienante. **Racismo Ambiental**. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2020/03/18/racismo-a-brasileira-colonizado-e-alienante/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

ROSSETTI, Carol. **Mulheres**: retratos de respeito, amor-próprio, direitos e dignidade. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

SANTOS, Keila Meireles dos. A construção Social da Mulher Negra. **Geledés**, 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-construcao-social-da-mulher/>. Acesso em 14 nov. 2020

SIMÕES, Nataly. Conceição Evaristo: “Os brancos aliados dos negros não fazem mais do que a obrigação”. **Alma Preta**. Disponível em: <https://almapreta.com/editorias/realidade/conceicao-evaristo-os-brancos-aliados-dos-negros-nao-fazem-mais-do-que-a-obrigacao>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SOJOUNER, Truth. **E não sou uma mulher?** – Sojourner Truth. Tradução de Osmundo Pinho, Geledés, 8 jan. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 20 nov.2020.

TOKARNIA, Mariana. Educação reforça desigualdades entre brancos e negros, diz estudo. **Agência Brasil**. Brasília, 2016.



Serviço Social da Indústria

PELO FUTURO DO TRABALHO